



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2017
PROCESSO INTERNO Nº 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé torna público que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

O edital poderá ser obtido via internet através dos sites www.tremembe.sp.gov.br ou www.bbmnet.com.br gratuitamente.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.293, de 05 de dezembro de 2007, Decreto Municipal nº 3.089 de 07, de dezembro de 2005, e Decreto Municipal nº 4.762, de 19 de junho de 2015.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

DATA DA REALIZAÇÃO: 13 de dezembro de 2017.

HORÁRIO DE INÍCIO: 09:00h.

DA SESSÃO: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias. A sessão será conduzida por Pregoeiro (a), auxiliado por Equipe de Apoio, designados em Portaria constante do Processo em epígrafe, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnet.com.br).

ESCLARECIMENTOS: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, Rua 7 de Setembro, 701, Centro - CEP 12120-000, e-mail: pregao@tremembe.sp.gov.br, licitacoes3@tremembe.sp.gov.br ou através do telefone (12) 3607-1000 ramal 1013.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório, devendo o interessado observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

INTEGRAM ESTE EDITAL OS ANEXOS:

I - TERMO DE REFERÊNCIA;

II - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

III - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA;

IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

- V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- VI - ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- VII - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

1- CONSIDERAÇÃO INICIAL

1.1 – Trata-se de certame licitatório registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais hospitalares permanentes conforme pedido inicial destinado a Secretaria de Saúde.

2- PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

2.2 - Não poderão participar nesta licitação as empresas que:

2.2.1 - Encontrarem-se em situação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

2.2.2 - Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município da Estância Turística de Tremembé.

2.2.3 - Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

2.2.4 - Possuam como servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.2.5 - Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

2.2.6 - Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

2.3 - É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

2.4 - Cada licitante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.

2.5 - O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

2.6 - A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

2.7 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número: São Paulo-SP: (11) 2565-4555 Curitiba-PR: (41) 3320-7800, Porto Alegre-RS (51) 3216-3700, Fortaleza-CE (85) 4012-7554, Goiânia-GO (62) 3225-7497, Campo Grande (67) 3341-8888, Uberlândia-MG, (34) 3212-1433 através de uma corretora de mercadorias associada. A relação completa das corretoras de mercadorias vinculadas a Bolsa Brasileira de Mercadorias poderá ser obtida no site www.bbmnet.com.br, acesso "corretoras".

3 - CREDENCIAMENTO

3.1- O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa ou através de corretora de mercadorias associada à Bolsa Brasileira de Mercadorias por ele indicada, junto à respectiva CRO – Central Regional de Operações da Bolsa Brasileira de Mercadorias, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

3.2 - A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, no prazo mínimo de **48 horas** antes da data de realização do Pregão.

3.3 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do artigo 5.º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.

3.4 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através de instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

associada à Bolsa Brasileira de Mercadorias ou pelo próprio site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bbmnet.com.br.

3.5 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pelo site da Bolsa, que deverá manifestar, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.6 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.7 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

3.8 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Brasileira de Mercadorias a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.9 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.10 - A(s) Microempresa(s) ou Empresa(s) de Pequeno Porte, deverá (ão) declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.

3.11 - Em atendimento ao disposto no capítulo V da lei complementar n.º 123/2006, serão observados os seguintes procedimentos:

3.11.1 - Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

3.11.1.2 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

3.11.2.3 - no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a", serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.11.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 3.11.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

4 - DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.2 - O Licitante deverá apresentar Proposta de preços de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Edital, sendo obrigatório a informação da Marca do objeto ofertado, a não inserção das especificações, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta;

4.3 - Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

4.4 - A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

4.5 - O preço ofertado é fixo e irredutível, e nele deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital

4.6 - Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item (ns) de seu interesse;

5 - PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

5.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

5.3 - O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item;

5.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

5.5 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à **proposta de menor preço unitário por item** observado a redução mínima de {R\$ 1,00 (um real)}.

5.6 - Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

5.7 - Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante para o item alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer outro equívoco da mesma natureza. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante;

5.8 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

5.9 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

5.10 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão;

5.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por prorrogação automática, ou seja, se um participante oferecer lances nos minutos finais (2 min. 30 s.), o sistema prorrogará automaticamente o fechamento por mais alguns minutos, informando o "Dou-lhe uma". Se ninguém der outro lance, o sistema informa "Dou-lhe duas", em seguida a negociação é fechada. Entretanto, se algum licitante der um lance após o "Dou-lhe uma" ou "Dou-lhe duas", o sistema é novamente reiniciado, assim como sua contagem. A negociação só é encerrada quando ninguém mais oferecer lances nos minutos finais. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes serão avisados via chat;

5.12 - O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor, proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

5.13 - Quando for constatado o empate, conforme estabelece os art. 44 e 45 da LC 123/2006, o pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

5.14 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Aceita e habilitada a licitante, será declarada vencedora.

5.15 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.16 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do (a) Pregoeiro (a), será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

5.17 - O (a) Pregoeiro (a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

5.18 - Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não será aceito pedidos de desclassificação do licitante para o lote alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer outro equívoco da mesma natureza. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.

5.19 - As sanções previstas para os pedidos de desclassificação que ocasionarem o retardamento da execução de seu objeto, ou que por outra razão não mantiver a proposta ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme regra o artigo 7º da lei 10.520/2002.

5.20 - Estarão excluídos da aplicação das penalidades do item **5.18** os fatos decorrentes de "caso fortuito" ou "força maior". Na hipótese de incidência do caso é garantida a defesa prévia.

6. DA PROPOSTA ESCRITA

6.1 - A Empresa vencedora, deverá enviar a Proposta (**ANEXO V**), com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, data e assinatura do Representante Legal da proponente, no prazo estipulado no item 9.15, deste Edital;

6.2 - Indicação de e-mail para envio da Autorização de Fornecimento.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 - Os licitantes deverão apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificações econômico-financeira e operacional, além de declarações complementares, sob pena de inabilitação, como segue.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2 - Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou Ata social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações ou cooperativas, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.1 - Os documentos descritos no subitem anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

7.3 - Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

REGULARIDADE FISCAL

7.4 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

7.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e perante o Sistema de Seguridade Social mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

7.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (de acordo com a Resolução conjunta SF/PGE 03 de 13/08/2010) por meio da respectiva Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de negativa, com prazo de validade em vigor na forma da Lei;

7.6.1 - Tal exigência é indispensável para empresas inscritas no Estado de São Paulo; empresas de outros Estados deverão apresentar certidão que comprove inequivocamente que as mesmas não possuem débito de origem fiscal para com o Estado;

7.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade Municipal Mobiliária (notadamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN);

REGULARIDADE TRABALHISTA

7.8 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Material (**FGTS**), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

7.9 - Prova de inexistência de débitos trabalhistas, por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.10 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos **06 (seis) meses**.

7.10.1 - Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL

7.11 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, nos termos da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.11.1 - Cada atestado deve conter: **i)** Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail); **ii)** Local e data de emissão; **iii)** Nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

7.13 - Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. (**Anexo IV**).

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
“PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS”
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

7.15 - Os documentos relativos à habilitação da licitante detentora da melhor oferta e a proposta para fornecimento ajustada ao último lance deverão ser encaminhados, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados do encerramento da sessão pública virtual para o e-mail pregao@tremembe.sp.gov.br e entregues no prazo máximo de 03 (três) dias úteis em originais ou cópias autenticadas no seguinte endereço: Paço Municipal Vereador Renato Vargas - A/C Pregoeiro - Rua 7 de Setembro, 701, Centro - CEP 12120-000.

7.16 - Após a conferência dos documentos enviados, se estiverem de acordo com o solicitado, será declarada a empresa vencedora do lote e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso.

7.17 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.18 - Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

7.19 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

7.20 - Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.21 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

7.22 - O (a) Pregoeiro (a) ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico;

7.23 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.24 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **sessão eletrônica**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.25 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02;

7.26 - Antes da emissão da nota de empenho, a PREFEITURA poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE vencedora do certame, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal (is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocadamente que o objeto apresentado no(s) atestado(s) foi (ram) efetivamente cumprido(s).

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 - Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

8.1.1 - A petição será encaminhada à Autoridade Competente pelo certame, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a).

8.1.2 - Resposta à petição será dada no prazo de 01 (um) dia útil.

8.2 - Eventual impugnação deverá ser **protocolada** no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Estado de São Paulo.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

8.2.1 - Admite-se impugnação por intermédio de "fac-símile" ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo de **48 horas**;

8.2.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

8.3 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

8.4 - As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

8.5 - Dos atos do (a) Pregoeiro (a) cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura Municipal para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.5.1 - Na hipótese de interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente;

8.5.2 - O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.5.3 - As contra-razões de recurso devem ser protocolados no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Estado de São Paulo, CEP 12.120-000, dirigidos ao Prefeito Municipal.

8.6 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à autoridade competente homologar o certame.

8.7 - Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de homologação do certame.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - Findo o processo licitatório, as licitantes vencedoras serão convocadas a assinar a Ata de Registro de Preços conforme minutas (**Anexos VI**).

9.2 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da ata de registro de preços porventura celebrada.

9.3 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, improrrogáveis, contados de sua assinatura, nas seguintes condições:

9.3.1 - Para a garantia dos equipamentos, o prazo descrito no item 9.3 será contado a partir do recebimento pela municipalidade de cada um dos itens especificados no Termo de Referência do Anexo I, mediante a assinatura e datação do documento fiscal pelo responsável no ato da entrega;

9.3.2 - Para o prazo de fornecimento, a vigência será contada a partir da data de publicação da referida Ata no endereço <<http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial/>>.

10- DA ORDEM DE ENTREGA

10.1 - Entrega parcelada.

10.2 - A Autorização de Fornecimento expedida indicará o nome da Empresa, o local da entrega de material, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a entregar o material no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

10.3 - A Autorização de Fornecimento será enviada ao fornecedor por meio de fax e/ou e-mail informado na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do fax e do e-mail informados em sua proposta comercial.

10.4 - O licitante que convocado recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

10.5 - O prazo máximo para a entrega dos materiais é de **10 (dez) dias** contados da confirmação do recebimento da **Autorização de Fornecimento**.

10.6- O responsável pelo recebimento do material fará a conferência da respectiva nota fiscal eletrônica/DANFE podendo, se for o caso, recusá-la parcialmente ou totalmente, caso a mesma apresente discrepância ou não atenda às especificações descritas no termo de referência.

11- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação futura onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros:

950 09.04.10.301.0063.2.063.449052.95.300000 095 Repasse Federal

951 09.04.10.301.0175.2.175.449052.95.300000 095 Repasse Federal

985 09.04.10.301.0063.2.063.449052.05.300000 005 Recurso Federal

986 09.04.10.301.0175.2.175.449052.05.300000 005 Recurso Federal

12 - FORMA DE PAGAMENTO

12.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da respectiva entrega dos materiais, por meio de depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada. Para entrega do objeto deverá ser emitida a Nota fiscal eletrônica, que deverá ser encaminhada para o e-mail a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

12.2 - Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota fiscal eletrônica, será imediatamente solicitado ao contratado a pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**;

12.2.1 - Caso a contratada não apresente a regularização no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua efetiva apresentação.

13 - SANÇÕES

13.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.2 - O não cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, a Ata, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência e, ainda, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

13.3 - Em caso de possível atraso na entrega do material por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e a multa prevista no item anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

13.4 - No caso da inexecução da entrega de materiais no dia e horários indicados na Autorização de Fornecimento, ou de sua entrega parcial em desacordo com o pactuado, será aplicada a multa prevista no item 13.2, sem prejuízo de rescisão unilateral da Ata e aplicação das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.5 – A notificação para o recolhimento das multas previstas nos itens 13.2 e 13.3 será feita na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (DOE-SP) e em órgão de imprensa regional, constando o valor, o prazo e o local para o devido recolhimento, ressalvado o direito de defesa do licitante.

13.5.1 – O não recolhimento das multas previstas incorrerá na inscrição do débito em Dívida Ativa do Município.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

14.2 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.3 - O (A) Pregoeiro (a), no interesse público, poderá sanar relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.5 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

14.6 - As decisões e demais atos referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal e, acessoriamente, no sítio *internet* da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <<http://www.tremembe.sp.gov.br>>, link <licitacoes>.

14.7 - Não cabe à Bolsa Brasileira de Mercadorias qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

14.8 - A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

14.9 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

14.10 - A presente licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.11 - Os casos omissos neste Edital poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

14.12 - O foro competente para toda e qualquer ação decorrente deste instrumento é o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 6305/17

Folha _____

15. DA PUBLICIDADE

15.1 - Os atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, disponível no endereço: <http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 4.238, de 11.02.2016 e, acessoriamente, no sítio *internet* da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <http://www.tremembe.sp.gov.br>, link <licitacoes> e no Diário Oficial do Estado, Sessão dos Municípios, Jornal de Grande circulação no Estado de São Paulo.

15.2 - Os demais atos, tais como: julgamento das fases licitatórias (habilitação/ Inabilitação e Julgamento das propostas, conforme aplicável), interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, disponível no endereço: <<http://www.tremembe.sp.gov.br/diario-oficial>>, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 4.238, de 11.02.2016 e, acessoriamente, no sítio *internet* da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço <<http://www.tremembe.sp.gov.br>>, link <licitações>.

Estância Turística de Tremembé, 28 de dezembro de 2017.

Marcelo Vaqueli
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2017
PROCESSO INTERNO Nº 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- JUSTIFICATIVA:

1.1 - A presente licitação tem por objetivo registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais hospitalares permanentes conforme pedido inicial destinado a Secretaria de Saúde, visando à melhoria dos serviços prestados pelos funcionários públicos e auxiliando o desempenho significativamente para prestar bons serviços, além de equipar a rede de atenção básica da Secretaria de Saúde do Município, em atendimento a Emenda Parlamentar nº 11193.969000/1160-10.

1.2 - Trata-se de objeto enquadrado como bem comum, cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser objetivamente definido, conforme previsão contida no parágrafo único do art. 1º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

2- CARACTERÍSTICAS

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	15	UNIDADE	ARMARIO VITRINE COM 02 PORTAS: FECHARURA CILINDRICA DO TIPO YALECOM, MEDIDAS APROXIMADAS 150 X 50 X 40 CM (ALT X COMP. X XLARG.) ESTRUTURA AÇO/FERRO PINTADO NA COR BRANCO, LATERAIS; 02 PRATELEIRAS E PORTAS COM VIDRO INCOLOR, PÉS COM PONTEIRAS EM PVC.
2	7	PEÇA	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS DIGITAL; W 300 A (40 X 50) LED; CAPACIDADE 300 KG; DIVISÕES DE 50G; RÉGUA ANTROPOMÉTRICA COM ESCALA NA FAIXA DE 1,00 A 2,00; DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA; PLATAFORMA 400 X 500 MM; PINTURA A PÓ DE ALTA RESISTÊNCIA NA COR BRANCA; ESTRUTURA NA COR BRANCA PINTURA EM ESMALTE; FONTE EXTERNA 90-240V COM CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO; FUNÇÃO TARA ATÉ A CAPACIDADE MÁXIMA DE PESAGEM; HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELOS IPEM, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
3	1	PEÇA	BIOMBO TRIPLO COM ESTRUTURA EM TUBO 3/4", EM PIURA ELETROSTÁTICA EPOXI, NA COR BRANCA, COM 06 RODIZIOS (02 EM MATERIAL INOXIDÁVEL E 04 EM SILICONES, COM FACES MOVIMENTO 360° TECIDO EM LONA IMPERMEAVEL, DIMENSÕES MINIMA DE 1,80 CM DE ALTURA X 1,75 CM DE LARGURA.
4	1	UNIDADE	BISTURI ELÉTRICO ATÉ 165W COM FUNÇÃO BIPOLAR; MICROPROCESSADO; POTÊNCIA MÍNIMA DE 100W; ALARMES; DIMENSÕES APROXIMADAS: 15 CM (A) X 24,5 CM (L) X 26,0 (P); PESO APROXIMADO 3,5 KG; ALIMENTAÇÃO 100/240V - 50/60 HZ; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 480 HZ; CORRENTE DE CONSUMO 3,9 A, 2,6 A; CORRENTE ALTERNADA; SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO; OPERAÇÃO INTERMITENTE; COM KIT DE ACESSÓRIOS: 1 UNIDADE DE TRANSPORTE, 1 PEDAL DE DUPLO COMANDO, 1 CANETA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

			COM COMANDO POR PEDAL OU MANUAL COM CABO; 1 JOGO DE ELETRODO DE UNIDADES PARA USO GERAL, 1 PLACA PACIENTE EM AÇO INOX, 1 CABO PARA PLACA INOX, 1 CABO PARA INSTRUMENTOS ENDOSCÓPICOS; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
5	8	PEÇA	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO. COM APOIO PARA BRAÇO TIPO CONCHA EM INOX COM ESTOFADO EM COURVIM, BASE INOXIDAVEL, REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE MANÍPULA E PÉS TRIPLO COM PONTEIRA PLÁSTICA. COM VARIAÇÃO DE ALTURA QUE ABRANJA A FAIXA DE 0,80 M E ALTURA DE 1,00 M.
6	10	UNIDADE	CADEIRA DE RODAS ADULTO EM ALUMÍNIO, COM BRAÇO E PÉS REMOVÍVEIS, COM ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE DE SORO, COM ASSENTO ENCOSTO EM NYLON ALMOFADADO, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, PNEUS MACIÇOS, LARGURA TOTAL ABERTA 65 CM, CAPACIDADE MINIMA DE PESO: 85 KG.
7	2	UNIDADE	CADEIRA DE RODAS ADULTO; FABRICADO EM AÇO CARBONO COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON ALMOFADADO, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS REMOVÍVEIS, APOIO PARA OS PÉS COM ELEVAÇÃO DE PANTURRILHA E REGULAGEM DE ALTURA, RODAS DIANTEIRAS ARO 06" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM ALUMÍNIO E COM PNEUS MACIÇOS OU INFLÁVEIS. ARO IMPULSOR BILATERAL. LARGURA DO ASSENTO: 40CM; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 42CM; ALTURA DO ENCOSTO: 40 CM; ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: 51CM; COMPRIMENTO TOTAL DA CADEIRA: 95CM, LARGURA TOTAL ABERTA: 65 CM; LARGURA TOTAL FECHADA: 34CM; ALTURA DO CHÃO À MANOPLA: 93CM; PESO: 14KG; CAPACIDADE MINIMA DE 85KG.
8	2	UNIDADE	CADEIRA DE RODAS OBESO; COM ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO CARBONO; DOBRÁVEL EM DUPLO X; LARGURA DO ENCOSTO: 66CM; ALTURA DO ENCOSTO: 45 CM; ASSENTO ALMOFADADO COM ALMOFADAS SOBRESSALENTE DE 5CM; LARGURA DO ASSENTO: 66CM; PROFUNDIDADE: 47CM; APOIO DE BRAÇO REMOVÍVEL; APOIO DE PÉS REMOVÍVEL E COM ELEVAÇÃO DE PERNAS; FREIOS BILATERAIS; ROLAMENTO BLINDADO NAS QUATRO RODAS; PNEUS TRASEIROS 24" INFLÁVEIS; PNEUS DIANTEIROS MACIÇOS; PROTETOR LATERAL DE ROUPA; TRAVA DE SEGURANÇA NA PARTE TRASEIRA DO ENCOSTO; LARGURA TOTAL ABERTA: NO MÁXIMO 80 CM; CAPACIDADE MÁXIMA DE 150 KG; COM SUPORTE PARA SORO.
9	7	UNIDADE	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO; CONFECCIONADO EM ALUMINIO, DOBRÁVEL EM DUPLO X, ENCOSTO E ASSENTO ALMOFADADO, COM BRAÇOS E PÉS REMOVIVEIS, ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE DE SORO, PNEU TRASEIRO MACIÇO, FRIEOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, ROLAMENTO BLINDADO NAS QUATROS RODAS, LARGURA MÁXIMA DE 80 CM ABERTA, TRAVA DE SEGURANÇA NA PARTE TRASEIRA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG.
10	1	PEÇA	CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO PINTADO; COM ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON ALMOFADADO, DOBRÁVEL, COM BRAÇO E PÉS REMOVIVEIS, ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE DE SORO, PNEUS TRASEIRO MACIÇO FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, LARGURA TOTAL ABERTA: 61 CM;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

			CAPACIDADE MÁXIMA DE 70KG.
11	9	PEÇA	CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA CONFECCIONADA EM ALUMINIO; DOBRAVEL EM X; COM ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON ALMOFADADO, COM APIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEAVEIS, PROTETOR LATERAL DE ROUPA; PÉS REMOVÉVEIS, ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE PARA SO, PNEUS MACIÇO, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL , LARGURA TOTAL ABERTA DE 61 CM; CAPACIDADE MÁXIMA DE 61 KG.
12	16	PEÇA	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE CONFECCIONADA EM AÇO/FERRO PINTADO COM ENCOSTO FIXO ALTO E ASSENTO ESTOFADO INJETADO E REVESTIDO EM COURVIM AZUL; BRAÇADEIRA REGULÁVEIS EM AMBOS OS LADOS, SEM PESERIA, MEDIDAS APROXIMADA DE 054X0,66X051CM.
13	8	UNIDADE	CAMARA DE VACINA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICO; VERTICAL; COM SISTEMA DE EMERGÊNCIA (BATERIA/NO BREAK) MÍNIMO DE 24HORAS; MATERIAL DE CONFECCÃO (GABINETE EXTERNO) DE AÇO/FERRO PINTADO; MATERIAL DE CONFECCÃO (GABINETE INTERNO) DE POLIPROPILENO; TEMPERATURA ENTRE +2°C E +8°C; PORTA DE VIDRO DUPLO; CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 LITROS; CIRCULAÇÃO DE AR FORÇADO E CONTRA PORTA; COM FUNÇÃO BIPOLAR; MICROPROCESSADO; POTÊNCIA MÍNIMA DE 100W; ALARMES; DIMENSÕES: 15 CM; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
14	2	UNIDADE	CARRO CURATIVO COM BALDE E BACIA EM INOX CONFECCIONADO EM AÇO/FERRO PINTADO NA COR BRANCA, PÉS COM RODIZIOS, 01 TAMPO E 01 PRAELEIRA, MEDIDA APROXIMADA DE 0,75X0,45X0,80 CM, COM SUPORTES E ACOMPANHADO DE BALDE/BACIA EM AÇO INOXIDAVEL
15	5	UNIDADE	CARRO CURATIVO CROMADO COM BALDE E BACIA EM INOX CONFECCIONADO EM AÇO INOX; PÉS COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS; 01 TAMPO E 01 PRATELEIRAS; MEDIDA APROXIMADA 0,75 X 0,45 X 0,80 CM; COM SUPORTES.
16	1	UNIDADE	CENTRIFUGA DE BANCADA LABORATORIAL DIGITAL; TUBOS: MÍNIMO 4 AMOSTRAS; CONTROLE MICROPROCESSADO; MOTOR DE INDUÇÃO; TAMPA COM CHAVE DE DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; DISPLAY DE CONTROLE COM CRISTAL LÍQUIDO E BACK-LIGHT; PAINEL FRONTAL COM TIMER (45 MINUTOS) E REFERÊNCIA DE VELOCIDADE; AVISO DE FIM DE PROCESSO; RAMPA DE ACELERAÇÃO; FRENAGEM COM TEMPO FIXO PARA VOLUME DE ATÉ 15 ML; DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE DESBALANCEAMENTO; CRUZETAS HORIZONTAIS; DIMENSÕES: (DXA) 40 X 28; VOLTAGEM 110V OU 220V; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
17	1	UNIDADE	COLPOSCÓPIO AUMENTO VARIÁVEL EM 3 OPÇÕES: 07, 14 E 25 VEZES; FILTRO MÓVEL DE LUZ; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA SELECIONÁVEL EM 110 OU 220 VOLTS; 50/60HZ; ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DE LED; COM REGULAGEM DA INTENSIDADE DE LUZ ATRAVÉS DE POTENCIÔMETRO OU DIMMER; PINTURA EPÓXI A 250°C; NORMAS NBR-IEC 60.601-1 E NBR-IEC 60.601-1-2; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

18	1	PEÇA	CRIOCAUTÉRIO ABASTECIMENTO COM NITROGÊNIO LÍQUIDO; TEMPERATURA DE -196°C; CONFECCIONADO EM MATERIAIS NOBRES E AÇO INOXIDÁVEL; LEVE; ERGONÔMICO; SUPORTE COM RODÍZIOS; COM NO MÍNIMO 5 PONTEIRAS; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
19	1	PEÇA	DERMATOSCÓPIO ILUMINAÇÃO HALOGÊNIA 2,5 V; AJUSTE DE FOCO E CAMPO DE VISÃO COM AUMENTO DE 10 VEZES; LENTE DE CONTATO COM OU SEM ESCALA; REOSTATO PARA CONTROLE DE INTENSIDADE DA LUZ; ABERTURA NA BASE DO CABO QUE PERMITE UTILIZAR BATERIA RECARREGÁVEL; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS TIPO C; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
20	1	PEÇA	DERMATOSCÓPIO ILUMINAÇÃO POR 6 LEDS; SISTEMA ÓTICO DE PRECISÃO COM ALTA RESOLUÇÃO E CAMPO ESTENDIDO DE VISÃO; COM LENTES ACROMÁTICAS; AUMENTO DE 10 VEZES SEM DISTORÇÃO; ILUMINAÇÃO LATERAL; DURAÇÃO QUASE ILIMITADA; OCULAR AJUSTÁVEL; ESCALA DE CORREÇÃO DE -6 A +6 DIOPRIA; DISCO DE CONTATO COM ESCALA; POSSÍVEL FOTOGRAFIA DIGITAL COM USO DE ADAPTADOR FOTOGRÁFICO; CABO BETA DE PILHAS 2,5V; CONFECCIONADO EM METAL CROMADO COM PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO; VARIADOR CONTÍNUO DE LUMINOSIDADE; ACOMODA DUAS PILHAS MÉDIAS TIPO C; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
21	7	UNIDADE	ESCADA COM 2 DEGRAUS EM TUBO INOX; PISO EM CHAPA DE AÇO INOX DOBRADO, REVESTIDO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; CANTONEIRAS EM AÇO INOXIDÁVEL; PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA; LARGURA 44 CM X ALTURA 35 CM X COMPRIMENTO 35 CM.
22	8	UNIDADE	ESTADIÔMETRO COMPACTO PORTÁTIL ALTA RESISTÊNCIA; TIPO TRENA COM MOLA RETRÁTIL; VISOR FRONTAL E LANÇA DE MEDIÇÃO; CAMPO DE MEDIÇÃO PRECISO: DE 0 A 210CM; RESOLUÇÃO EM MILÍMETRO (1MM) E NUMERAÇÃO A CADA CENTÍMETRO; MEDIÇÃO NA POSIÇÃO ERETA E VERTICAL; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
23	4	UNIDADE	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL; COM ILUMINAÇÃO HALOGÊNIO; CABEÇOTE EM ALUMÍNIO; HASTE SUPERIOR FLEXÍVEL E PINTURA EM EPÓXI A 250°C DE ALTA RESISTÊNCIA; BASE COM 4 RODÍZIOS; BIVOLT; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
24	5	PEÇA	MESA DE EXAME CLINICO ADULTO; CONFECCINADO EM AÇO /FERRO TUBULAR ESMATADA NA COR BRANCA; LEITO ACOCHOADO EM ESPUMA POLIURETANO REVESTIDO EM COURVIM PRETO; CABECEIRA REGULAVÉL POR SISTEMA CREMALHEIRAS; PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA; E SUPORTE PARA PAPEL LENÇOL DE 50 CM; DIMENSÕES APROXIMADA 1,85X 0,50 X 0,80 CM.
25	10	PEÇA	MESA DE EXAME CLINICO ADULTO; CONFECCIONADO EM AÇO/FERRO ESMALTADO NA COR BRANCO; CABECEIRA REGULAVEL POR SISTEMA CREMALHEIRA; LEITO ESTOFADO EM ESPUMA DE POLIURETANO REVESTIVO EM COURVIM PRETO; COM COMPARTIMENTO COM PORTA E GAVETAS, DIMENSÃO APROXIMADO 60 X 1.80 X 0,80



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

			CM SUPORTE PARA PAPEL LENÇOS DE 50 CM.
26	7	PEÇA	MESA DE MAYO EM INOX; COM BANDEJAS 42 X 30 CM; PÉS EM INOX COM RODÍZIOS; MEDIDA APROXIMADA ALTURA DE 90 ATÉ 130 X COMPRIMENTO 30 X LARGURA 42.
27	1	UNIDADE	MESA GINECOLÓGICA ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM PORTA COXAS ESTOFADO COM ALTURA REGULAVEL E HASTE CROMADAS, LEITO MOVEL E ESTOFADO DIVIDIDO EM 03 PARTES, SENDO ENCOSTO E APOIO DE PÉS COM ALTURA REGULÁVEL E ASSENTO FIXO, ACOMPANHA GAVETA PARA ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS.
28	1	UNIDADE	MESA GINECOLÓGICA ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO/FERRO ESMALTADO NA COR BRANCA; PORTA COXAS ESTOFADO COM REGULÁVEL E HASTE CROMADAS; LEITO ESTOFADO DIVIDIDO EM 03 PARTES, SENDO ENCOSTO E APOIO DE PÉS COM ALTURA REGULÁVEL E ASSENTO FIXO, ACOMPANHA GAVETA PARA ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS.
29	2	PEÇA	OFTALMOSCÓPIO DE DIAGNÓSTICO; COMPACTO E LEVE; COM ALTO RENDIMENTO; ILUMINAÇÃO HALOGENA 2.5V; DE LONGA DURAÇÃO; SISTEMA ÓPTICO VEDADO; DISCO DE ABERTURA COM 6 POSIÇÕES; LENTES CONVERGENTES DE VIDRO; FILTRO AZUL COBALTO; LIVRE DE VERMELHO E POLARIZADOR; ABERTURA COM FIXADOR; ABERTURA COM FENDA; MÍNIMO DE 40 LENTES PARA AJUSTE DE DIOPTRIA; COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 3 ABERTURAS; CABO METÁLICO COM ACABAMENTO LISO; COR PRETA; ALIMENTADO POR DUAS PILHAS ALCALINAS AA; LENTE DE FOCALIZAÇÃO CONVERGENTE DE VIDRO; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.
30	8	UNIDADE	OXIMETRO DE PULSO DIGITAL PORTÁTIL; SATURAÇÃO PERIFÉRICA OXIGÊNIO; 110/220 V; AUTONOMIA MÍNIMA DE 4 HORAS E MÁXIMA DE 48 HORAS (PILHAS RECARREGÁVEIS) / 36 HORAS (BATERIA); BASE MÓVEL PARA CARREGAR; SATURAÇÃO 40 A 100; 30 A 220 BPM; DISPLAY LED OU CRISTAL; MEDIÇÃO DE SPO2; SENSOR DE DEDO DE ALTA PRECISÃO; TELA COM ONDA PLETISMOGRÁFICA; COMPATÍVEL COM SOFTWARE DE GESTÃO DE DADOS; INDICADOR DE PERFUSÃO; ALARME AUDIOVISUAL; TABELAS DE TENDÊNCIA; GRANDE CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO; TECNOLOGIA PARA BAIXA PERFUSÃO E MOVIMENTAÇÃO; GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; COM REGISTRO DA ANVISA; APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E CATÁLOGO.

2.1 – DA GARANTIA – Para todos os equipamentos se submeterão a garantia de funcionamento pelo período de 12 meses on-site para peças e serviços contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

2.2 – Caso acionada a garantia, o equipamento deverá ser substituído em até 30 dias corridos.

3- DA ORDEM DE ENTREGA

3.1. Entrega parcelada em até 10 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

3.2 – A Autorização de Fornecimento indicará o nome da Empresa, o local da entrega de material, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a entregar o material no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.

3.3 - A Autorização de Fornecimento será enviada ao fornecedor por meio de fax e/ou e-mail informado na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do fax e do e-mail informados em sua proposta comercial.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

3.4 - O licitante que convocado recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

3.5 - O prazo máximo para o início da entrega dos materiais é de **10 (dez) dias** contados da confirmação do recebimento da **Autorização de Fornecimento**.

3.6- O responsável pelo recebimento do material fará a conferência da respectiva nota fiscal eletrônica/DANFE podendo, se for o caso, recusá-la parcialmente ou totalmente, caso a mesma apresente discrepância ou não atenda às especificações descritas no termo de referência.

4- SANÇÕES

4.1. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

4.2. - O não cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, a Ata, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência e, ainda, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

4.3. - Em caso de possível atraso na entrega do material por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por, no máximo, mais 5 (cinco) dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e a multa prevista no item 13.2.

4.4. - No caso da inexecução da entrega de materiais no dia e horários indicados na Autorização de Fornecimento, ou de sua entrega parcial em desacordo com o pactuado, será aplicada a multa prevista no item 13.2, sem prejuízo de rescisão unilateral da Ata e aplicação das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

5-ESCLARECIMENTOS

5.1 Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, no endereço especificado para realização da sessão, e-mail: pregao@tremembe.sp.gov.br, licitacoes3@tremembe.sp.gov.br ou através do telefone (12) 3607-1000 ramal 1013.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 162/2017
PROCESSO INTERNO N.º 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu _____ (nome completo), RG n.º _____, representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico n.º xx/2017, realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 162/2017
PROCESSO INTERNO N.º 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou COOPERATIVA

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____ é (microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa), nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e do art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico n.º 65/2017, realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 162/2017
PROCESSO INTERNO N.º 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa _____(denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO n.º xx/2017, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, declaro, sob as penas da lei, que a _____(denominação da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 162/2017
PROCESSO INTERNO N.º 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO V - PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DA EMPRESA LICITANTE:

Nome da Proponente: _____

Razão social: _____ CNPJ n.º: _____

Banco: _____ Agência n.º: _____ Conta n.º: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____ Insc. Estadual _____

E-MAIL INSTITUCIONAL: _____

E-MAIL PESSOAL: _____

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						

Validade da proposta (não inferior a 60 dias): _____

Prazo de entrega: Conforme Edital e Termo de Referência.

Garantia do material: 12 (doze) meses após a entrega do material.

DECLARAÇÕES:

1 - Declaro que os preços cotados não sofrerão qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, e já estão incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico xx/2017;

2 - Declaro que aceito todas as exigências do **Edital 162/2017** e de seus Anexos.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO N° 162/2017
PROCESSO INTERNO N° 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO VI – ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 46.638.714/001-20 com sede na Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, Tremembé/SP, CEP 12.120-000, devidamente representada por seu Prefeito, Sr. Marcelo Vaqueli, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 18.044.364-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 103.921.948-99, doravante designada **PREFEITURA**, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social (is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.352/2013, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA

Denominação:

Endereço:

CNPJ:

Representante Legal:

CPF:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1. Características:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DA ENTREGA DOS ITENS

2.1. Parcelada de acordo com a necessidade e pedido da Secretaria.

2.2. A Autorização de Fornecimento expedida após a assinatura da Ata de Registro de Preços indicará o nome da Empresa, o local da entrega dos itens, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a entregar os itens no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.

2.2.1. A Autorização de Fornecimento será enviada ao fornecedor por meio de fax e/ou e-mail informado na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do fax e do e-mail informados em sua proposta comercial.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

- 2.3.** O prestador dos serviços que, convocado, recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.
- 2.4.** O prazo máximo para a entrega dos serviços é de **10 (dez) dias** contados da confirmação do recebimento da **Autorização de Fornecimento**.
- 2.5.** Os serviços serão entregues conforme estabelecido no Termo de Referência, no local indicado na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada todas as despesas decorrentes do mesmo;
- 2.6.** A contratação com licitante registrado, após o pedido do Setor Solicitante, será formalizada por intermédio de Ata de Registro, nos termos da Lei 8.666/93.
- 2.7.** A nota fiscal deverá conter a indicação do número do empenho e do presente Pregão, devendo ser aprovada pela Secretaria responsável, juntamente com o relatório dos itens fornecidos no período a que se referir.
- 2.8.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 4.1 desta minuta começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal, sem incorreções.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

- 3.1.** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, em conformidade com a cláusula 9ª do Edital do Pregão Eletrônico 162/2017.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

- 4.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da respectiva entrega dos itens, por meio de depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada. Para entrega do objeto deverá ser emitida a Nota fiscal eletrônica, que deverá ser encaminhada para o e-mail a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

- 5.1.** Entregar, nas condições previstas no Edital do **Pregão nº. 162/2017** e nesta Ata, os serviços deste ajuste.
- 5.2.** Substituir no prazo ajustado, após notificação, o (s) serviço (s) recusado (s).
- 5.3.** Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- 6.1.** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- 6.2.** Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.
- 6.3.** Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega dos itens.
- 6.4.** Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade na entrega dos itens.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

- 7.1.** O não cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, esta Ata, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência, e ainda, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
- 7.2.** Em caso de possível atraso na entrega dos itens por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 3 dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº 6305/17

Folha _____

aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, por dia de atraso na entrega dos itens, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e a multa prevista no item 7.1.

7.3. No caso da não entrega dos itens no dia e horários indicados na Autorização de Fornecimento, ou de sua entrega de forma inadequada, será aplicada a multa prevista no item 7.2, sem prejuízo de rescisão unilateral da Ata e aplicação das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o **Edital do Pregão nº. 162/2017** com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S).

8.2. A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA – FORO

9.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.2. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Estância Turística de Tremembé, XX de XXX de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

DETENTORA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 162/2017
PROCESSO INTERNO N.º 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE OS PROPRIETÁRIOS SERVIDOR OU DIRIGENTE

DECLARAÇÃO

DECLARA, para os devidos fins que não possui entre seus proprietários, servidor ou dirigente ou entidade contratante responsável pela licitação no âmbito da Administração Pública Municipal de Tremembé.

Local, data.

Representante Legal (RG E CPF)
CARIMBO EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º 6305/17

Folha _____

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 162/2017
PROCESSO INTERNO N.º 6305/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

CONTRATADA:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES A DIVERSAS UNIDADES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ADVOGADO(S): MEIRE XAVIER SIMÃO

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL E DATA: _____

CONTRATANTE

NOME E CARGO: _____

E-MAIL INSTITUCIONAL: _____

E-MAIL PESSOAL: _____

ASSINATURA: _____

CONTRATADA

NOME E CARGO: _____

E-MAIL INSTITUCIONAL: _____

E-MAIL PESSOAL: _____

ASSINATURA: _____